

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.316 - ES (2019/0357331-6)**

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**RECORRENTE** : FELIPE BRAGA DE ARAUJO (PRESO)  
**ADVOGADO** : HIGOR CONSTANCIO BLUNCK  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em benefício de FELIPE BRAGA DE ARAUJO apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (HC n. 0016977.2019.8.08.0000).

Consta dos autos (Ação Penal n. 0000923-42.2019.8.08.0008) que o paciente foi preso em flagrante, juntamente com outro corréu, no dia 28/3/2019, tendo sido a prisão convertida em preventiva, pela suposta prática da conduta descrita nos arts. 33 e 35, ambos da Lei n. 11.343/2006, em virtude da apreensão de 25 pedras de *crack* (e-STJ fl. 242).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de Justiça, que denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 241):

*HABEAS CORPUS. ART. 33 E 35 DA LEI Nº 11.343/06. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE. FUNDAMENTOS INIDÔNEOS. INOCORRÊNCIA. HABEAS CORPUS DENEGADO.*

1 Não há constrangimento ilegal se a prisão preventiva se encontra devidamente fundamentada na necessidade para a garantia da ordem pública, tendo em vista que **o paciente possui outros registros criminais, denotando, por ora a existência de risco de reiteração delitiva, já que, além de agora estar envolvido com o tráfico de drogas, o paciente já respondia por dois crimes cometidos com violência e grave ameaça à pessoa.**

2. Quanto ao argumento de excesso de prazo, deve confrontá-lo com um juízo de razoabilidade, tendo em vista não ser o discurso judicial mera soma aritmética. No caso, observa-se que a prisão perdura por aproximadamente 4 meses, de modo que não há como afirmar inequivocamente pela existência de constrangimento ilegal, até porque, pelo que consta no andamento, o processo já se encontra em fase de defesa preliminar por parte dos dois réus.

3 Habeas Corpus denegado. (Grifei.)

Na presente impetração, a defesa alega que "não houve prova inequívoca de que o paciente estava vendendo drogas, as provas são circunstancias, o único ilícito cometido foi o porte de substância ilícita para consumo próprio", e que, "ao argumentar que a prisão preventiva do paciente é uma garantia da ordem pública, considerando a gravidade do crime e por ter o paciente outros processos criminais em andamento, a Colenda Turma de levar em conta que é a nossa carta magna garante a presunção da inocência até o transito em julgado, e não se pode considerar maus antecedentes sem a Sentença transitada em julgado, deixou de levar em conta os antecedentes positivos do paciente e emitiu um juízo meramente 'profético'" (e-STJ. fl. 252).

Diante disso, pleiteia "a concessão a medida LIMINAR, ante a existência de 'fumus boni iuris' e 'periculum in mora', determinando a imediata LIBERDADE PROVISÓRIA do paciente, mediante imposição de MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO, com a imediata expedição de ALVARÁ DE SOLTURA em favor do paciente, aguardando em liberdade para que possa responder ulteriores termos de processo-crime" (e-STJ. fl. 259) a sua confirmação no mérito.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro

# *Superior Tribunal de Justiça*

fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator